


SEMENTES DO CONHECIMENTO E PERSPECTIVAS AGROPEDAGÓGICAS NO ASSENTAMENTO MARIA PRETA EM ARAÇAGI NA PARAÍBA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.835152512061>

Data de aceite: 17/06/2025

José Carlos Rodrigues da Silva

Técnico em Agropecuária, Graduado em Letras Língua Inglesa, Universidade Federal da Paraíba, UEaD, Cuité de Mamanguape, Paraíba, Brasil

RESUMO: O presente artigo apresenta um contexto histórico sobre a educação do campo no Assentamento Maria Preta em Araçagi, na Paraíba, e promove uma conexão com os saberes interdisciplinares que impulsionou o desenvolvimento escolar da localidade durante o período de existência do Assentamento. Também contextualiza o aprendizado, questionando os modelos de desenvolvimento aplicados na área rural que delimitaram a aprendizagem com foco no potencial de desenvolvimento local. Aspectos relacionados a condição socioeconômica, políticas de educação, vivências sociais que podem influenciar na aprendizagem desses estudantes, foram destacados no texto, que faz uma reflexão sobre as políticas de educação aplicadas no campo, enfatizando a importância da reforma agrária como catalisador dessas políticas e melhorias no ensino, mitigando essas diferenças educacionais entre duas

realidades distintas. O trabalho objetivou expor as práticas agropedagógicas ofertadas em um determinado período da história do Assentamento e a valorização dessa educação com o ensino profissional característico da educação do campo. Para isto, se utilizou de referenciais teóricos que ofertaram significativas contribuições a educação do campo, a exemplo de Silva, (2024), Freire (1979) Leite (1999) e Bruno (1996), teóricos que trilharam caminhos educacionais que promoveu o acesso de jovens do meio rural ao ensino profissionalizante de qualidade e os possibilitaram a inserção no mundo do trabalho. Perspectivas educacionais que foram validadas no assentamento e tiveram impacto na vida dos integrantes que atualmente estão inseridos no mundo do trabalho e outros graduandos em múltiplas áreas, se aperfeiçoando, para as novas perspectivas de educação do campo a serem desenvolvidas na localidade visando a profissionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Agropedagogia. Educação. Desenvolvimento local. Educação do campo.

SEEDS OF KNOWLEDGE AND AGROPEDAGOGICAL PERSPECTIVES IN THE MARIA PRETA SETTLEMENT IN ARAÇAGI PARAÍBA

ABSTRACT: The present article provides a historical context on rural education in the Maria Preta Settlement in Araçagi, Paraíba, and establishes a connection with interdisciplinary knowledge that propelled the educational development of the locality during the existence of the Settlement. It also contextualizes learning by questioning the development models applied in rural areas that delimited learning with a focus on local development potential. Aspects related to socio-economic conditions, education policies, and social experiences that can influence the learning of these students were highlighted in the text, which reflects on education policies applied in the field, emphasizing the importance of agrarian reform as a catalyst for these policies and improvements in education, mitigating educational differences between two distinct realities. The work aimed to expose agro-pedagogical practices offered in a specific period of the history of the Settlement and the appreciation of this education with the characteristic professional education of rural areas. To do this, theoretical references were used that over time offered significant contributions to rural education, such as Silva, (2024), Freire (1979) Leite (1999) e Bruno (1996), theorists who paved educational paths that promoted access of rural youth to quality vocational education and enabled them to enter the workforce. Educational perspectives validated in the settlement had an impact on the lives of participants who are currently integrated into the workforce, with others pursuing degrees in multiple fields, honing their skills for the new perspectives of rural education to be developed in the locality, aiming at professionalization.

KEY WORDS: Agro-pedagogy. Education. Local development. Field education.

1 INTRODUÇÃO

A educação é certamente um dos caminhos mais virtuosos a ser trilhado, pois transforma indivíduos comuns em pessoas extraordinárias. Ela tem na sua origem a capacidade de ampliar os horizontes do ser, permitindo a este o acesso ao conhecimento, o instrumento que possibilita ao indivíduo adquirir habilidades. Sobre isso, Silva (2024, p. 22), afirma que:

há muito se fala que a educação é quem revoluciona e muda as nossas concepções arcaicas nos levando a evolução.

Em tese, essa afirmação é considerada positiva, muito utilizada para estimular o aprendizado. O aprendizado é o elemento fundamental para fazer com que as ideias ganhem proporção na vida real. No meio educacional, o fator criatividade é preponderante e o diferencial para que os educandos se destaquem na condição de protagonistas do saber.

De forma geral, a educação tem funções similares, que é fazer do indivíduo um ser instruído e capaz de raciocinar. Isso possibilita que ele extraia das suas habilidades e capacidades uma qualidade de vida em que, por meio da educação, obtenha condições dignas de sobrevivência e se desenvolva socialmente. O meio em que estamos inseridos é

também um impulsionador da nossa capacidade de aprendizagem, mas há diferenciações de aprendizagem devido a fatores que envolvem a formação familiar, vivências sociais, desigualdades sociais, políticas de educação e muitos são os pontos que podem delimitar o nível de aprendizado. É também de se questionar se, estando no meio urbano com condições de infraestrutura e comodidade, com acesso a tudo que precisa no cotidiano, em relação a quem vive no meio rural sem as mesmas condições, há influência na capacidade de aprender na mesma proporção do sujeito que obteve todas as condições. Refletir sobre a política de educação se está adequada para essas duas realidades distintas se faz necessário, pois historicamente, o sujeito do meio rural tem mais dificuldades de aprender que o sujeito que está no meio urbano. (Leite, 1999), já evidenciava essa divergência entre o ensino da zona urbana e zona rural, destacando a precariedade da estrutura escolar, falta de materiais, professores e a inferiorização do ensino rural como se as pessoas do campo não precisassem de estudos. Isso foi uma realidade vivenciada durante um longo período no Brasil, mesmo com pesquisas, investimentos em educação nos mais diversos modelos: Educação de Jovens e Adultos, Brasil Alfabetizado, Mais Educação, Pronera, entre outros. Todos nos últimos 20 anos, foram insuficientes para ressarcir a falta de uma educação de qualidade para todos no passado. Alguns desses programas foram sendo testados de acordo com as características regionais e da população. Uma forma de reparar erros de políticas educacionais provenientes de governos elitistas que priorizavam a parcela mais rica da população, grandes centros urbanos e não enxergavam os potenciais no meio rural, sequer pensaram na possibilidade de uma educação inclusiva, descentralizada, acessível as camadas inferiores da população, assim denominadas por eles. Esse surgimento revolucionário da educação, mirando os desfavorecidos historicamente, fez brotar a esperança de uma pedagogia que implantou no coração e no cérebro das pessoas a possibilidade de um ensino universitário, de uma pós-graduação, de se inserir nos meios educacionais sendo protagonistas na mesma proporção que os que já estavam, sem distinção de classes.

Com a reforma agrária acontecendo de forma gradual e cada vez mais significativa no Brasil, teve-se que elaborar um plano de educação que atendesse essa nova forma de convivência. Universidades através de pesquisadores e extensionistas de todo o país, identificaram uma nova parcela da população potencialmente crescente que ansiava por conhecimento. Desde esse momento houve um *insight* ou percepção de que poderia haver um país com menos diferenças de escolarização a partir de iniciativas que englobavam a criança, o jovem e o adulto. Adultos que tiveram primeiro contato com a educação e crianças e jovens que tiveram uma educação de melhor qualidade. Freire (1979, p.84) diz que:

educação não transforma o mundo, educação muda pessoas, pessoas transformam o mundo.

Essa afirmação tem respaldo nas incessantes iniciativas de escolarização do povo brasileiro, principalmente dos povos rurais ou do “campo”, que tardiamente, devido ao processo exploratório vivido foram impedidos de se educarem ou não tiveram incentivos para que, por meio da educação, buscassem a evolução pessoal.

A reforma agrária, política governamental de acesso a terras inutilizadas que foram redistribuídas para famílias que não tinham terras, foi importante para o surgimento destas ações educacionais vigentes até os dias atuais.

No estado da Paraíba, a reforma agrária tem um contingente muito expressivo, somam mais de 300 assentamentos rurais. Todos esses assentamentos estão em fase de organização, melhorias na infraestrutura e ampliação na educação, com adequações para as necessidades educacionais do estudante do campo.

O desenvolvimento de uma localidade reflete diretamente em aspectos relacionados a educação. É primordial que em uma sociedade que busca a sustentabilidade haja um parâmetro que correlacione o desenvolvimento local associado à educação. Alguns trabalhos já dimensionam essa relevância, a exemplo do que diz Borges e Bernartt (2014).

potencializar e instigar o desenvolvimento local pode ser uma alternativa para comunidades que, normalmente, são esquecidas nos planos de desenvolvimento econômico do país, pelo fato que muitas, nem possui estrutura básica de moradias, produção e qualidade de vida e acabam por não representar locais potenciais de empregabilidade, comércio e instalação industrial.

O Estado da Paraíba é um dos Estados do Brasil em que o Índice de Desenvolvimento (IDH) é relativamente baixo, e aspectos relacionados à educação e produção estão tendenciando essa mudança para um índice mais significativo. Investimentos regionais e locais em educação e infraestrutura estão acontecendo por todo o Estado nesta perspectiva de angariar melhores resultados nessas duas áreas. O que se sabe é que na Paraíba os passos de desenvolvimento foram trilhados diferentemente de outros estados, sem os devidos investimentos em tecnologias e isso reflete a condição de vida de seu povo, uma agropecuária a se desenvolver sem alternativas viáveis de investimentos tecnológicos que precisam de aporte financeiro, até o momento insuficiente para em termos competitivos possa se equiparar a outros Estados que estão bem mais resolvidos do ponto de vista produtivo. A Educação é outro aspecto que se correlaciona com esse baixo índice de desenvolvimento, reflexos da condição financeira de sua população. No entanto, com a globalização ocorrência dos últimos 20 anos, tecnologias digitais, serviços de banco cada vez mais acessíveis, o livre comércio, relações institucionais mais cordiais, políticas públicas mais abrangentes, se tornando cada vez mais acessíveis aos cidadãos surgiram novos perfis populacionais.

O assentamento Maria Preta, localizado na zona sul do município de Araçagi, a 18 km da cidade, é um desses assentamentos que teve sua origem no ano de 1998. Desde esse período até os dias atuais, passou por diversos momentos educacionais que valorizaram a agropecuária, que é o potencial local, e foi contemplado com políticas de educação para a juventude rural, uma educação integrada com práticas agropedagógicas.

Portanto, este trabalho objetiva historicizar a educação agropedagógica decorrente do potencial local nos 25 anos de existência do Assentamento Maria Preta, evidenciando momentos importantes da sua história e expondo práticas que contribuíram para o desenvolvimento do assentamento por meio da educação, de valorização do homem do campo.

2 AGROPEDAGOGIA NO ASSENTAMENTO MARIA PRETA E ASPECTOS HISTÓRICOS DESDE SUA FUNDAÇÃO

O Assentamento Maria Preta, tinha durante sua formação, apenas uma sala de aula para receber os filhos dos assentados da reforma agrária, as primeiras iniciativas educacionais priorizaram o ensino básico, não sendo suficiente para atender a quantidade de pessoas que estavam em outras fases do ensino. A maioria desses estudantes tiveram que se deslocar para municípios próximos para obter sua formação, despendendo muito tempo e esforços que muitas vezes poderia ser poupado para a contribuição nas tarefas familiares e evitar o desgaste de se deslocar para lugares longínquos.

Por volta de 2012, já passados 14 anos de sua fundação, o pavimento escolar da Escola de Ensino Fundamental Olívio Maroja, que tinha apenas uma sala, já tinha sido ampliada e outras fases do ensino já estavam em funcionamento, incluindo o fundamental completo. No entanto faltava um ensino que priorizasse o potencial agrícola da região, um ensino técnico que contribuísse com o que caracterizava a população advindos de outros meios agrícolas que estavam em fase de aprendizagem de técnicas e práticas agrícolas para obtenção de melhores resultados. Com a formação de Técnicos e Professores da própria localidade formados pelos colégios agrícolas e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), surgiram algumas oportunidades de evidenciar a educação do campo, que, de acordo com a resolução CNE/ CEB nº 02 de 28/04/2008 é a seguinte:

art. 1º - A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnico de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida.

A partir de uma iniciativa proveniente dessa perspectiva, fiz um diagnóstico em que identifiquei essa prioridade na educação, que pudesse atender a aquilo que tinha sido pensado para a reforma agrária. Observando o que a região tinha de valores a serem potencializados, estava vigente um programa do Governo Federal denominado Juventude

Cidadã, em que, através do Projovem Trabalhador, evidenciava a prática de educação agroextrativista local e remunerava os estudantes, incentivando-os para a participação. Inscrevi os jovens locais para sua primeira formação profissionalizante na própria localidade.

Algumas das atividades desenvolvidas através do Projovem foram: agroextrativismo, inclusão digital e mercado de trabalho. Essas iniciativas aconteceram ao mesmo tempo em que a política de ATER, (Assistência técnica e Extensão Rural) estava em pleno desenvolvimento no estado da Paraíba.

Após o término do Projovem Trabalhador em 2013, houve uma continuidade do que foi exposto em teoria, uma ação da equipe técnica em atividade no Assentamento estava a desenvolver uma Unidade Demonstrativa Pedagógica Agrícola Familiar para incentivar boas práticas agrícolas. Essa unidade envolveu os estudantes egressos do Projovem e se transformou em uma das práticas agrícolas melhor desenvolvidas de forma coletiva na região, com a participação dos jovens evidenciando o seu protagonismo.

Essas iniciativas ficaram registradas na história do desenvolvimento local, pois foram as primeiras iniciativas de investimentos na educação do campo, com enfoque no ensino profissional.

Após alguns anos, em 2017, em uma ação da escola local através do PDDE Escola Sustentável, tinha se programado um projeto ambiental visando a reciclagem, aproveitamento de espaços sem uso no entorno da escola e melhor ambientação visando a acessibilidade. De imediato fui cogitado para fazer parte na qualidade de técnico em agropecuária, pois essas experiências anteriores contribuíram para que pudesse efetivar essa proposta do Escola Sustentável no desenvolvimento da ação Horta Escola, a última das fases do projeto.

A ação horta escola do PDDE Escola Sustentável foi o que previa a escola do campo, um ensino com o objetivo de fazer com que houvesse a identificação da criança e dos jovens em formação com o meio rural, que tem na agropecuária a principal fonte de sobrevivência.

Ainda no mesmo período estava vigente o programa Mais Educação que possibilitava outras formas de ensino, aplicação do conhecimento nas áreas de língua portuguesa e matemática, mas também promovia oficinas culturais. Todas essas investidas foram importantes para o fortalecimento na educação dos filhos dos assentados, que antes eram desprovidos de educação de valorização da cultura local. O programa Mais Educação e o PDDE Escola Sustentável se complementaram e resultou em momentos significativos para a história da educação da Escola Olívio Maroja.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de educação do campo que vigorou durante esse período da história, mencionado acima no texto, foi decisiva para se ter um estudo mais completo sobre o perfil educacional dos jovens do meio rural que não tinha acesso a condições educacionais respeitáveis, sobre o ponto de vista da estrutura escolar e da modalidade de ensino aplicado no meio rural. Foi uma tentativa parcial de promover a educação respeitando o meio em que o educando está inserido.

Com essas iniciativas, viu-se que é relevante mesclar o ensino atual ofertado com estas perspectivas educacionais que intencionam a profissionalização dos jovens preparando-os para a vida profissional pós sala de aula. Em relação aos jovens que estão na realidade oposta há uma considerável desvantagem competitiva no que tange o ingresso no mundo do trabalho.

É necessário, de acordo com os resultados obtidos, que se amplie a oferta de ensino em educação do campo, pois os resultados anteriores indicam esse desenvolvimento. Muito desses educandos advindos dessa proposta educacional já foram direcionados para o mundo do trabalho. Outros tiveram sua formação superior, enquanto alguns se tornaram empreendedores. No entanto, observa-se que há outros jovens em formação aguardando novos investimentos em ensino profissionalizante, que a curto prazo supre a falta de uma especialização nas áreas temáticas abordadas.

Na atualidade, com o ensino globalizado e o acesso a tecnologias no campo, similar ao meio urbano, há uma menor diferenciação do acesso ao conhecimento. A reforma agrária foi um fator preponderante para a amenização dessas diferenças, porém há ainda uma insegurança em relação ao mundo do trabalho, diferenças de renda e falta de oportunidades mais consistentes e duradouras. O mercado de trabalho cada vez mais exigente, requer profissionais mais qualificados. De acordo com Bruno, (1996, p.122).

no âmbito da reestruturação do trabalho, as exigências quanto à qualificação das novas gerações em processos de formação visam sobretudo a três tipos de competências: competências de educabilidade, isto é, capacidade de aprender a aprender; competências relacionais; competências técnicas básicas relacionadas com os diferentes campos de conhecimentos.

Essa citação acima afirma que é necessário estar em permanente aprendizagem, se aperfeiçoando e buscando interagir com o meio social. As tecnologias já avançaram a ponto de se fazerem necessárias no trabalho do campo, que antes não exigia habilidades com equipamentos mais sofisticados. Com essa atualização tecnológica, é de se repensar em um novo modelo de educação do campo que contemple essa associação das novas tecnologias com o homem do campo e se tenha mais eficiência na sua aplicabilidade.

As tecnologias que foram desenvolvidas no Assentamento, por meio do Projovem, Horta Escola e outras iniciativas do governo, tiveram um impacto considerável na vida dos educandos. Por isso, é necessário reavaliar a possibilidade de novos investimentos na

educação do campo. Aprende-se nessa convivência educacional valores sociais advindos da prática de educação que, muitas vezes, individualizados sem um acompanhamento não há evolução sequer resultados. Há ainda com a convivência do ensino técnico a obtenção de um conhecimento por meio da profissionalização, que capacita os indivíduos coletivamente para áreas específicas e possibilita o ingresso no mundo do trabalho. As inúmeras ações já aplicadas em tempos passados demonstram que a educação básica bem desenvolvida, com profissionais adequados, preparados respeitando os valores sociais dessas comunidades oferece um caminho mais consistente para o fortalecimento da educação no campo, jovens rurais em condições sociais adversas e sem um acompanhamento para a vida profissional futura tendem a terem mais dificuldades de inclusão no mundo do trabalho.

O futuro da educação do campo depende de um compromisso contínuo que prepare a juventude para os desafios e oportunidades futuras. Apenas com um modelo educacional diverso e integrado haverá possibilidades dos educandos alcançar seu potencial e contribuir significativamente para o desenvolvimento de comunidades rurais.

4 REFERÊNCIAS

BORGES, Graziela Scopel; BERNARTT, Maria de Lourdes. Educação e desenvolvimento local. In: SANTOS, Iara et al. (Org.). Educação e desenvolvimento sustentável. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2014. p. 35-50.

Bruno, L. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In BRUNO, L. (Org.) **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. Atlas: São Paulo, 1996.

Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Brasília, 28 de abril de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, v. 81, Sessão 1, p. 25, 29 abr. 2008. Disponível em: < RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008: (mec.gov.br)> Acesso em: 12 de jan.2024.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEITE, S. **Escola rural**: urbanizações e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, J. C. R. **Vivências Saberes e Práticas Agropedagógicas**. Recife: Even3 Publicações, 2024.